

Dia 23 de junho - em todas as bancas de jornais:

FOLHA SOCIALISTA

Um Semanário Completo a Serviço do Socialismo e da Liberdade

A partir de 23 de junho, FOLHA SOCIALISTA passará a sair semanalmente, todas as sextas feiras. Porta-voz das mais sentidas reivindicações da classe operária e órgão de propaganda dos candidatos socialistas, a nova fase de FOLHA SOCIALISTA marcará época na história da imprensa dos partidos brasileiros. Um semanário moderno, com 16 páginas, fartamente ilustrado, voltado diretamente para o debate dos problemas econômicos, políticos e sociais de nossos dias, e sua interpretação à luz da doutrina socialista. Análises objetivas da política internacional e da situação política brasileira, mostrando ao povo o que está por detrás dos fatos noticiosos pelos jornais. Um órgão do Partido Socialista a serviço da classe operária, da democracia e do socialismo.

A selvageria totalitária continua impune

“A Comissão Executiva Estadual do Partido Socialista Brasileiro, tomando conhecimento do brutal atentado contra a sede do Partido Socialista em Belo Horizonte, vem protestar publicamente contra a nova expressão de brutalidade e selvageria dos integralistas, disfarçados sob o rótulo de Partido de Representação Popular.

A impunidade que se seguiu ao brutal atentado contra o nosso companheiro Renato Rocha, em Araraquara, animou, sem dúvida, os truculentos fascistas nacionais a novas aventuras.

Poucos meses nos separam do pleito eleitoral de 3 de outubro, quando o povo brasileiro será chamado às urnas a fim de decidir dos destinos da democracia brasileira. A atuação revoltante dos assalariados de Plínio Salgado não pode ser tolerada por nenhum democrata a quem são caras as liberdades políticas de nossos trabalhadores. É necessário que todos os partidos, verdadeiramente democráticos, condenem, pública e veementemente, os atos selvagens e totalitários do bando verde e criem um clima de repulsa que obrigue as autoridades a intervir com energia a fim de pôr termo à atuação dos integralistas.

Depois de Araraquara, Belo Horizonte atesta a benevolência com que as autoridades policiais toleram a atuação violenta e arbitrária dos integralistas. Só a mobilização dos democratas e da população do País poderá impedir que a próxima campanha eleitoral seja desvirtuada, com a convivência da polícia e do governo, e se transforme em campo de ação dos integralistas, golpistas e outros elementos desclassificados, a serviço da reação.

Aos companheiros de Belo Horizonte expressamos a nossa solidariedade irrestrita e a nossa disposição inabalável de lutar contra a violência, a reação, pelas liberdades democráticas e pelo socialismo.



Directores responsáveis:

Antônio Cândido e
Arnaldo Pedrosa d'Horta

Gerente:
Febus Gikowate

ANO III - 10 DE JUNHO DE 1950 - N.º 52

PREÇO DO EXEMPLAR — Cr\$ 0,50
EDITADO PELA COMISSÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO DO
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

Redação:

Praça da Sé, 237 - 2.º and
Telefone: 3-9784
SÃO PAULO — BRASIL

A Burguesia Brasileira em Decomposição

A negociação do resgate dos títulos da dívida pública em libras retrata a podridão da classe dirigente do país

O caso do resgate de títulos da dívida brasileira em libras esterlinas, já amplamente comentado pela imprensa diária do país, não pode deixar de merecer também algumas referências de nossa parte. Esse fato retrata com fidelidade os costumes políticos do momento brasileiro, estereotipa perfeitamente o estado de decomposição moral das chamadas elites brasileiras.

Em toda essa questão impressiona-nos menos o aspecto legal da decisão do governo — resgatando sem prévia autorização do poder legislativo, como manda a Constituição, títulos

da dívida brasileira com os ingleses — do que o seu lado moral. É justamente a falta de decência, a desfaçatez mesma com que agiram os prepostos do governo na utilização dos saldos que o Brasil acumulara durante a guerra, na Inglaterra, o que mais merece a nossa meditação e está profundamente impressionando a opinião pública.

É verdade que a decisão governamental está baseada num decreto da ditadura, já perempto, mas como não é a primeira vez que o general presidente se apoia na legislação estado-novista para justificar algumas de suas deliberações, já

não nos espantam essas suas declarações, já não nos espantam essas suas incursões pelos caminhos da ilegalidade jurídica. A transição do regime discrecionário — 15 anos de ditadura de Vargas — a governos verdadeiramente democráticos, quiçá não se poderia mesmo fazer sem certos atropelos, sem que assistissemos essas penetrações dos dirigentes atuais, quase todos antigos auxiliares do ditador, no campo da ilegalidade. Esses os motivos porque nos preocupa menos o aspecto legal da liquidação dos re-

(Continua na pág. 4)

O Stalinismo e o Movimento Operário

por Max Shachtmann

(CONCLUSÃO)

Do ponto de vista da burguesia, o stalinismo representa uma esquerda e a Rússia um Estado socialista sob dois aspectos. Nas teorias socialistas, a burguesia "aprendeu" (e em grande parte o acreditou) que o socialismo significa um Estado onipotente — um Estado cuja burocracia monstruosa priva o povo de toda propriedade, de toda liberdade, de toda prosperidade, submetendo tudo e todos a seu arbitrio despótico. A Rússia stalinista é a materialização perfeita e inesperada dessa colúmbia torpe contra o socialismo. Sem consideração pelo número, grande ou pequeno, dos que possam acreditar, é evidente que o interesse de classe da burguesia está em ensinar: "A Rússia de hoje é o socialismo de vocês... Vejam em que dá o socialismo na realidade e não nos livros de Marx... Vejam na que dará sempre o socialismo quando for levado à prática... A Rússia é um objeto de horror... Fugam dela... O socialismo é um objetivo de horror — fugam dele". (A isso conviria acrescentar: quem quer que continue a chamar a Rússia stalinista de Estado Operário — ou socialista — seja qual for o adjetivo que se acrescente, mesmo animado das melhores intenções do mundo e armado da melhor "teoria", fornece uma boa arma aos inimigos burgueses e stalinistas do socialismo, ao mesmo tempo).

Em segundo lugar, dificilmente achar-se-á um burguês vivendo em nossos dias que se apegue à esperança vã de que o stalinismo represente a restauração do capitalismo na Rússia, que facilite essa restauração ou que seja de uma maneira qualquer o instrumento de forças trabalhando para tal restauração. Ademais, especialmente desde o fim da guerra, a burguesia internacional começou a ver o que o stalinismo representa no interior da Rússia e o faz com uma inteligência e clareza política capazes de causar inveja a mais de um pretensamente marxista. Em toda parte onde foi possível (é o caso da Polónia mas não da França; da China, mas não do Japão) os stalinistas se apressaram de todo o poder do Estado. Saber se eles estabeleceram ou não o socialismo, isto está longe de ser a principal preocupação da burguesia. O que a preocupa acima de tudo é que os stalinistas derrubaram a burguesia e o capitalismo. Em toda parte onde os stalinistas tomaram o poder, a burguesia foi privada de todo o poder político, econômico, militar ou social, quando não da própria possibilidade de respirar.

Acalmar a burguesia, ressaltando que onde o stalinismo toma o poder, o socialismo não aparece; que ele reduz os trabalhadores à escravidão; que os explora mais impiedosamente do que nunca; que destrói sem exceção toda organização independente da classe operária, todos os direitos democráticos do povo — tudo isso é inútil. A burguesia se interessa muito pouco pelo destino da classe operária. Preocupa-se unicamente com o fato de que, sob a dominação stalinista, é sua propriedade de classe, seu poder de classe e sua classe que são destruídas.

Acalmar a burguesia, dizendo-lhe que o stalinismo acredita apenas no stalinismo em um só país ou em poucos países — que ele se deturpa no Bug, no Elba, no Reno ou no Yang-Tse-Kiang, isto também é inútil. A burguesia responderá que tal coisa não será decidida por teorias mas à força, pelas bombas atômicas.

Acalmar a burguesia, afirmando-lhe que o stalinismo nada representa senão o capitalismo de Estado,

não tem também maior utilidade hoje provavelmente ainda menos que outrora. A burguesia sabe que o capitalismo de estado, tanto sob a forma fascista como sob a forma rooseveltiana, intervém na economia — sôbriamente ou não (de seu ponto de vista) — para tentar pôr um pouco de ordem no caos crescente do capitalismo; que seja o que for que faça para "superar" pensamente o capitalismo, conserva toda a essência de tal regime em um estado de decadência que se agrava; que pode tentar manobrar tal grupo de capitalistas contra tal outro, mas que entretanto cada fase termina pelo reforçamento do poder dos maiores e mais vorazes.

A burguesia vê, ao contrário, que o stalinismo opera pura e simplesmente toda propriedade capitalista considerável e todos os próprios grandes capitalistas. Para ela é uma diferença profunda e mesmo decisiva. Em todo caso, bem suficiente para que se recuse, mesmo sem haver estudado Marx, a considerar o stalinismo como sendo um mero fenômeno capitalista.

O PONTO DE VISTA DOS SOCIALISTAS REVOLUCIONÁRIOS

Para os socialistas revolucionários e marxistas, o triunfo do stalinismo significa, acima e antes de tudo, o esmagamento do movimento proletário, do movimento revolucionário, como o triunfo de um novo despotismo reacionário. Para nós, por conseguinte, cada crescimento do poder stalinista no movimento operário significa um passo à frente para tal triunfo que é uma catástrofe para esse último. Tal é o nosso ponto de vista.

O ponto de vista da burguesia é necessariamente diferente. O triunfo do stalinismo significa, antes e acima de tudo, o esmagamento de sua classe e de seu poder social. Esse é o ponto de vista da burguesia. Eis porque ela pode considerar, e considera efetivamente, o stalinismo como uma inquietude real e profunda, como sendo no fundo a mesma coisa que o "bolchevismo" e a "revolução proletária", "o socialismo". Do ponto de vista da burguesia não há nenhuma diferença entre o fato de ser apropriada por revolucionários autênticos — como foi o caso da Rússia quando os bolcheviques levaram o proletariado ao poder e de ser apropriada pela burocracia stalinista reacionária como na Polónia, na Rumânia ou na Checoslováquia, onde o proletariado foi arrastado à prisão totalitária. Para a classe operária há uma diferença infinita entre essas duas coisas; para a burguesia não há nenhuma. Eis porque a burguesia exprime um sentimento de classe profundo e sincero quando caracteriza fundamentalmente o stalinismo como sendo "à esquerda", da mesma maneira pela qual caracterizou no passado a revolução bolchevique e seus partidários. Do ponto de vista de classe da burguesia e assimilação é compreensível e sensata. Igualmente compreensível é a atitude política que corresponde a tal caracterização.

Mas essa mesma caracterização (e o que é mais importante: a atitude política que dela decorre) não é em absoluto aceitável do ponto de vista do proletariado como classe. É totalmente falsa do ponto de vista da luta por seus interesses imediatos e históricos, da luta pelo socialismo. Nessa luta, o stalinismo não é menor inimigo da classe operária do que a burguesia e o capitalismo. Em verdade, no interior da

classe operária, é o inimigo maior e mais perigoso.

Os stalinistas exploram muito habilmente os ataques da burguesia contra eles, para obter o apoio dos trabalhadores e dos revolucionários, que embora opostos ao stalinismo em princípio, não são menos hostis à burguesia. Mas é um absurdo, quando não um suicídio reagir a cada ataque da burguesia contra o stalinismo, dando automaticamente apoio a este último. Trotsky escreveu algures que qualquer imbecil poderia se tornar um gênio revolucionário se a política revolucionária não exigisse mais do que considerar o que a burguesia deseja e tomar a posição contrária. Isso se aplica muito bem à política seguida em face do stalinismo por mais de um revolucionário pouco lúcido (como a política conduzida contra a burguesia por mais de um antistalinista limitado).

COMO DEFINIR O STALINISMO

A primeira preocupação de todos os militantes que compreendem a necessidade de lutar contra o stalinismo é desembaraçar-se do último vestígio de concepção segundo a qual o stalinismo é, de qualquer modo ou em qualquer grau, uma "esquerda". Tal concepção não é proletária nem socialista, apesar do respeitável (e funesto) prestígio de que ainda goza entre o movimento operário e socialista. É uma concepção burguesa, que convém muito à burguesia, a suas opiniões e a suas opiniões e a seus interesses, mas que desorienta extremamente a classe operária. Não teríamos avançado suficientemente se, abandonando a teoria do stalinismo como partido operário autêntico de esquerda, aceitásemos a que o coloca na direita operária. A ala direita do movimento operário tradicional e mesmo contemporâneo é sua ala conservadora, sua ala reformista. É essa a fração do movimento operário que se aproxima mais da democracia burguesa, que pratica a colaboração econômica e política com a burguesia, que se limita a reformas modestas (cada vez mais modestas) do capitalismo. Sendo essa a característica fundamental da ala direita, deveria ficar claro que o stalinismo é fundamentalmente diferente de qualquer das tendências ou burocracias reformistas que conhecemos no movimento operário.

Nenhuma das velhas denominações — direita, esquerda, contristas — se aplica ao stalinismo. É um fenômeno sui-gêneris, único e sem precedentes no movimento operário. O fato de ser apoiado por dezenas de milhares de trabalhadores, apaixonadamente dedicados à causa do socialismo, prontos a lutarem pelo socialismo até à morte, é um detalhe que fica completamente fora da questão. Esse fato não tem a menor importância a não ser no que diz respeito às formas de agitação e propaganda que se deve fazer entre a base stalinista. Ele não decide o caráter social do stalinismo, que é determinado por um programa concreto e por sua direção real, e não pelo sentimento daqueles a quem mistifica.

Que é, então, o stalinismo? Nossa fórmula não é concisa, mas deverá subsistir até que se elabore outra mais elegante. O stalinismo é uma corrente reacionária, totalitária, anti-burguesa e anti-proletária, que atua dentro do movimento operário mas é estranha à seus interesses históricos. É o produto imprevisto mas real deste estado avançado da decadência capitalista, no qual o prole-

tariado socialista ainda não conseguiu realizar a construção da sociedade sobre bases racionais. É a punição social infligida à burguesia por ter vivido além de sua época histórica, e ao proletariado por não ter vivido conforme suas tarefas históricas. O stalinismo é a neobarbárie que os grandes mestres do marxismo concebiam como sendo a única alternativa possível ao socialismo.

Repetimos que o stalinismo é uma corrente dentro mas não da classe operária. A importância da distinção aqui vai muito longe. Ela exige que se apanha em destaque, não a despeito dos preconceitos e déguas sobre o stalinismo ainda vigentes no movimento operário, mas precisamente porque essas preconceitos existem. Realiza a impossibilidade de se estabelecer uma ponte entre o stalinismo e qualquer outra corrente do movimento operário. E dizemos bem, sem diplomacia e sem equívoco, qualquer corrente, da esquerda ou da direita. Que tal afirmativa choque violentamente os sentimentos revolucionários de numerosos militantes nos Estados Unidos e na Europa — sobretudo na Europa — o autor deste artigo teve mais de uma ocasião de constatá-lo, durante suas recentes viagens ao estrangeiro. E uma razão a mais para insistir, pacientemente mas com vigor. Até que tal idéia seja aceita, o stalinismo poderá continuar a contar com um de seus maiores triunfos: o apoio recalcitrante que recebe daqueles militantes operários anti-stalinistas que permanecem inabalavelmente tolhidos por sua hostilidade ao reformismo tradicional.

AS DUAS BUROCRACIAS

"Os stalinistas? É certo que são uns miseráveis, uns velhos, agentes do Kremlin e Deus sabe o que mais! Mas combatê-los apoiando Reuther (ou Green, ou Lewis, ou Bevin, ou Jouhaux...), isso nunca; por que esses são burocratas amarelos, agentes da burguesia e o diabo sabe o que mais". Estas palavras não são apenas uma caricatura desonestada da reação de muitos militantes operários autênticos. Considerada como reação espontânea, essa atitude não é inteiramente má; mas, como atitude política, é uma calamidade de primeira grandeza. Implica em ignorar a diferenciação fundamental entre as duas burocracias: a reformista e a stalinista.

A burocracia reformista (sindical ou política) se esforça, em toda parte por se elevar a um situação privilegiada dentro da sociedade capitalista. Esse é seu objetivo social e suas ações correspondem a ele. Ela não pode conseguir isso do stalinismo que não lhe permite nem mesmo existir; daí sua oposição real, falha mas real, ao stalinismo. É excessivo dizer que ela seria também liquidada por uma democracia proletária onde os privilégios de qualquer grupo social desta espécie são fadados à destruição, o que explica porque o reformismo evita a luta revolucionária pelo socialismo. A burocracia reformista não pode visar o objetivo que lhe é próprio a não ser nos quadros da democracia burguesa. Concretamente isso quer dizer: na medida em que ela representa os sindicatos e se apoia sobre eles. Essa é a consideração que dá aos dirigentes reformistas a preocupação de preservar o movimento operário (tal como ele é, evidentemente, e não como deveria ser do ponto de vista socialista). Sem os sindicatos, a burocracia reformista não tem qualquer importância social ou política. Em seu próprio interesse burocrático, é

obrigado a manter o movimento operário. Ela o faz erradamente e às custas dos melhores interesses do proletariado, mas o faz e tem que o fazer.

A burocracia stalinista, pelo contrário, não pode alcançar seus objetivos sociais sem destruir o movimento operário até as últimas raízes e em todas as formas. Onde quer que o stalinismo haja triunfado (ou tenha atingido seus objetivos sociais), destruiu completamente cada órgão do movimento operário, do movimento revolucionário, tirando seus representantes na cadeia, nos campos de trabalho forçado ou no cemitério; e destruiu também por completo o movimento sindical. O que se chama de "sindicato" nos países stalinizados tem tão pouco de comum com uma organização de trabalhadores quanto as famosas "conferências" que existiram outrora nos EE. UU.; em toda parte não é de maneira alguma um sindicato. O avanço do stalinismo é incompatível com o avanço do movimento operário: a vitória do stalinismo é a morte de qualquer espécie de movimento operário, seja revolucionário ou reformista. Um revolucionário, que não aprendeu isso através das recentes e ricas experiências na Europa, deveria se considerar feliz se seu erro não lhe custar a cabeça.

BLOCO COM OS REFORMISTAS

Deveria ser evidente entre os verdadeiros militantes que em toda luta pela direção do movimento operário ou de qualquer de seus órgãos, é sempre necessário procurar após uma política independente de classe, a luta de classe, as duas burocracias: a stalinista e a reformista. Mas onde — como é a regra geral em nossos dias — esses militantes não são suficientemente fortes para conquistar a direção da classe operária, onde a luta pela direção do movimento operário se limite ao dilema: reformistas ou stalinistas, seria absurdo para os marxistas revolucionários proclamar sua "neutralidade" assim como seria fatal para eles apoiar os stalinistas. Sem qualquer hesitação, devem apoiar os reformistas contra os stalinistas. Em outras palavras, onde não for possível fazer uma direção revolucionária aos sindicatos, devemos preferir claramente os reformistas, que à sua maneira procuram conservar o movimento operário, aos representantes do totalitarismo stalinista, cujo objetivo final é a destruição desse movimento. Ajudar os reformistas ou aliar-se com eles contra os stalinistas não significa nada menos do que foi dito mas também não significa nada a mais.

Para prevenir as críticas (honestas ou insidiosas) lembremos que o revolucionário não se torna necessariamente um social democrata quando apoia os sociais democratas contra os fascistas — como se deu na Áustria em 1934. Não se torna necessariamente um democrata burguês quando defende a democracia burguesa contra o ataque fascista — como se deu na guerra civil espanhola. Não se torna necessariamente um escravocrata quando defende a Etiópia contra a Itália. E nem se torna necessariamente um reformista quando apoia os reformistas numa luta que vise impedir ou destruir o controle do movimento operário pelos stalinistas. Em cada caso o marxista revolucionário dá seu apoio a seu próprio modo, com seus próprios métodos.

(Continua na pág. 3)

Das relações económicas entre os países socialistas

A luta entre Stalin e Tito já começa a transcender a fase das meras trocas de desaforos torrenciais entre o "Pravda" e o "Borba". — Já se começa a entrar na fase em que Tito, fremido pelas necessidades da luta, vê-se obrigado a "teorizar" contra Stalin ao mesmo tempo que os dois ditadores-burocratas "refazem" a história de seus partidos lavando em público a roupa suja do stalinismo internacional desde os velhos tempos do Comintern. Um dos sintomas dessa nova fase — há outros — é a publicação do folheto "Das Relações Económicas entre os Estados Socialistas" por Mezentje Popovic, um dos "teóricos", titoístas. Os socialistas revolucionários espanhóis do POUM publicaram, nos nos 82 e 83 de seu órgão "La Batalla", o principal capítulo do referido folheto.

Trata-se de um dos aspectos mais interessantes da luta Stalin versus Tito. E' que nas suas acusações reciprocas eles são obrigados — "sem" sentir, a revelar ou a se aproximar das contradições mais flagrantes do capitalismo de estado nacional, e burocrático, até então negadas a péis juntos. Além disso, toda a sua história dos PC nesses últimos anos, sua burocratização, a eliminação de seus verdadeiros quadros revolucionários, a transformação do militante partidário em fantoche totalitário, vae saltando aos olhos dos assistentes da peça. Aliás, isso sucede sempre que um stalinista entra em "cisma" ou "prefere a liberdade", é o que se dá com a luta interna que se desgraa atualmente o PC espanhol com as revelações trazidas por Enrique Castro e, pelos desaforos trocados entre Comora e os da "Passionaria" e pelas afirmações de Ettore Vanni. Através de tudo isso porjeu toda a verdadeira história do processo contra o POUM e da perda da direção do PCE a qual levou Pepe Diaz ao suicidio e à direção do PCE a "Passionaria", nascubunda figura que os artificios infames da propaganda totalitária querem fazer passar por uma espécie de Rosa de Luxemburgo espanhola.

O que acima foi dito resulta claramente quando se pergunta a um stalinista por exemplo, como é que ele conceitua sociologicamente o regime de Tito. Até então ele terá "respondido" à análise marxista da União "Socialística", dizendo que onde a economia foi inteiramente nacionalizada e "o partido" está no poder, o socialismo está instaurado e não há mais nada a discutir. Pois bem, toda a industria e quase toda a agricultura (tanto ou mais que nos outros satélites) da Iugoslavia foram nacionalizadas; e politicamente, a Iugoslavia é a "democracia popular" que mais se assemelha ao padrão russo. Portanto o stalinista vae conceitua a Iugoslavia como "capitalista de Estado" ou "estado operário degenerado" e reconhecer assim ao menos a possibilidade de tais degenerescências o que até então ele negava — ou então deixará de parte qualquer consideração sociológica, e se limitará a argumentar com acusações politicas: "camarilha vendida ao imperialismo americano", "mesprezo do internacionalis-

mo", "empáfia pequeno-burguesa", etc. Nesse segundo caso, ele terá fugido à pergunta e demonstrado implícitamente a ausência de diferença essencial entre as relações sociais na Russia e na Iugoslavia, uma vez que suas restrições a Tito são de natureza meramente politica ou ideológica. Em qualquer dos dois casos, uma comparação entre a estrutura social da Russia e a da Iugoslavia bem como dos procedimentos usuais comuns às burocracias russa e iugoslava, desarmará o nosso stalinista. E' interessante lembrarmos aqui que um dos primeiros documentos aprovados pelo Partido Stalinista da URSS contra Tito assemelhava-se quase literalmente a velhos documentos da opposição de esquerda russa há pelas alturas de 1927 e a certas passagens de Bukarin alguns anos depois. Até mesmo de "burocracia coletivista" falou-se então.

E' de questão semelhante que trata o mencionado folheto de M. Popovic. Sem querer, e sem afirmá-lo formalmente, esse titoista proclama uma coisa que os marxistas difundem há muito tempo. As nacionalizações dentro dos limites nacionais não são de destroem a relação capitalista fundamental: exploração do trabalho assalariado e como nem mesmo conseguem superar as contradições e características do mercado capitalista. No interior de cada país, é certo que o automatismo do mercado capitalista é substituído quase totalmente pela planificação estatal. Mas ele se desloca para o plano internacional, onde as relações dos diversos estados nacionais entre si são em essência as mesmas que os antigos capitalistas privados mantinham entre si. Isso na melhor das hipóteses, quando não tomam a forma da mais descarada rapinagem, estranha até mesmo aos padrões do imperialismo financeiro como foi o caso do comportamento russo para com o carvão polonês, o petróleo austriaco, o tabaco búlgaro e as fábricas da Alemanha Oriental.

Vejam os trechos de Popovic, transcritos desse heróico e magnifico "La Batalla": "Até agora cada um dos países socialistas vendia quantidades e categorias bem determinadas de mercadorias produzidas por suas economias socialistas, tanto a países capitalistas como a países socialistas. Vendiam em condições e a preços que, por sua essência económica, são os do mercado capitalista mundial. Assim também cada país socialista, para satisfazer suas necessidades, comprava mercadorias, conformando-se também com as condições do mercado mundial.

"Desse modo as trocas de mercadorias entre os países socialistas estavam baseadas nos principios capitalistas do comércio e segundo os preços mundiais. A essência económica dessas trocas era deter-

minada, pois, pelos principios capitalistas do comércio. Que significava isso? Posto que as mercadorias não são só valores de uso, isto é objetos trocados com vistas a sua utilização, já que elas refletem ademais relações sociais bem determinadas, resulta que as trocas de mercadorias determinam igualmente o lugar destas economias nacionais no conjunto da economia mundial, do mesmo modo por que determinam o sentido económico das relações entre os estados socialistas, o lugar que ocupa cada um deles no campo socialista. Pois bem a essência dessas relações é infelizmente, puramente capitalista".

Prossegue Popovic: "Os valores produzidos pelos países socialistas isolados, perdem, nessas condições, sua origem social e se identificam com as mercadorias de todos os outros produtores nacionais. Não se tem em conta sua procedência nem as relações sociais que presidiram à sua produção. Achem-se submeçadas às leis do mercado capitalista e apresentam todas as características da mercadoria, tal qual o capitalismo a considera. Os intercâmbios de produção entre países socialistas refletem todas as características do mercado capitalista mundial.

"Isso significa ademais que as diversas economias socialistas relacionam-se entre si por intermédio do mercado mundial e segundo as regras da economia capitalista. Significa por fim que, para a classificação de tais países, o mercado mundial não se preocupa se eles são socialistas nem com a medida em que o são, como seria o caso se se applicassem os principios socialistas. Classifica-os no contrario tendo em conta se são adelantados ou atrasados; se pertencem a aqueles para os quais a história do capitalismo se mostrou bondosa, concedendo-lhes posições privilegiadas entre os países desenvolvidos e exploradores ou entre aqueles para os quais essa história foi madrastra relegando-os à categoria de países atrasados cuja restrição económica os condena à exploração". "E' preciso assinalar o fato de que a URSS, graças aos esforços despendidos com vistas à industrialização, se eleva à categoria dos países industrial e tecnicamente desenvolvidos. "Mas isso não lhe dá direito a explorar os novos estados socialistas pouco desenvolvidos economicamente".

"Queira-se ou não, por culpa dos partidos dirigentes desses países, os estados socialistas estão hoje divididos, no que tangue a trocas reciprocas, em países explorados e exploradores. E isso subsistirá enquanto durarem as atuais relações comerciais.

"O mercado mundial é um depósito em que vão fundir-se os lucros dos países isolados para formar a massa do lucro mundial. Como consequência da distribuição fundada nos preços mundiais e

na regularização do lucro mundial, os países atrasados perdem parte de sua mais-valia, de seus lucros, que são embolsados pelos países mais desenvolvidos e entre esses últimos há países socialistas. Essa distribuição dá lugar a uma luta cheia de astúcias, violenta e imoral, entre os diversos estados. Ela origina todos os conflitos que se produzem no mercado mundial, nos casos mais graves, recorrendo-se às armas.

E' evidente que a existência de tais relações económicas entre os países socialistas e o emprego dos métodos que os acompanham estão destruindo a unidade das massas, fazendo o jogo do imperialismo e comprometendo o movimento revolucionário.

"Os culpados por isso são os dirigentes dos PC dos países socialistas e principalmente do PC da URSS".

Até aqui são palavras de Popovic. O unico ponto em que um marxista não pode concordar com esse titoista é onde ele chama de "estados socialistas" à Russia e às "democracias populares" em que ao mesmo tempo ele distingue paradoxalmente "países exploradores" e "países explorado".

As relações entre Stalin e Tito são bem um prenuncio do que seriam as relações entre os diversos estados nacionais totalitários da hipótese da vitória mundial do stalinismo. A luta Stalin versus Tito é a colisão da grande contradição interna que o stalinismo traz em seu bojo. Os partidos stalinistas são simultaneamente duas coisas contratórias. Por um lado, são instrumentos da politica imperial russa. Por outro lado são o elemento portador mais especifico da instauração do capitalismo de estado para o qual a preservação das fronteiras nacionais é a condição precípua. Aos poucos essa contradição se aguçá e os novos interesses criados levam as burocracias nacionais a romper com a burocracia mater: a russa. Assim, por exemplo, se a queda da burguesia norte-americana aproveitasse por desgraça não ao movimento operário revolucionário mas à burocracia do Kremlin, seria fatal que a burocracia stalinista americana, montada num formidável potencial económico, romperia mais cedo ou mais tarde as amarras com a "Mãe Pátria". O mundo em que o stalinismo triunfasse seria um vasto campo de batalha, semeado de fortalezas, do alto de cujas muralhas as diversas burocracias nacionais se hostilizariam como hoje se hostilizam Tito e Stalin, levando à formação de novos blocos e tudo o que daí resulta.

O titoísmo é o stalinismo traduzido em iugoslavo. O que acendeu as iras do marechal de bigodes contra o marechal de medalhas foi a resolução desse último fazer o mesmo que o outro procura construir, há 23 anos: um estado nacional fechado, todo

poderoso. Não é de esperar qualquer evolução própria da burocracia titoista para o socialismo democrático ou para uma regeneração de seu "comunismo". Em caso de ataque armado da Russia é claro que se deve lançar a palavra de ordem da defesa da Iugoslavia, como se defenderia um país colonial, contra tão brutal — mas muito improvável — agressão imperialista. O que é fato é que a luta entre Stalin e Tito pode alterar as possibilidades táticas mas não o objetivo das forças socialistas revolucionárias e democráticas que, à leste da cortina de ferro, esperam o dia da revanche. Nem sua denuncia do caracter do "titoísmo", tão reacionário quanto o do stalinismo.

VICTOR FREIRE MOTA

O Stalinismo e o movimento operário

(Conclusão da 2ª pag.)

todos, exprimindo abertamente seus pontos de vista.

A burocracia reformista tem sido mais de uma vez joguete dos stalinistas e isso continúa. Pode-se mesmo ir além; se a luta contra o stalinismo foi dirigida pelos reformistas, com a politica que os caracteriza, com seus detestáveis métodos burocráticos, não há de ser eles mesmos os stalinistas que acabarão vencendo. A politica do reformismo não é a nossa; nem seus métodos, nem seus fins são os nossos. Não podemos tomar e não tomaremos qualquer responsabilidade por eles e isso deve ser clara e constantemente exposto a quem quer que esteja ao alcance de nossa palavra e de nossa pena, mesmo se isso não for recebido com entusiasmo por aqueles com quem lutamos juntos contra o stalinismo. Mas se os revolucionários não são reformistas e se os reformistas não são revolucionários, uns e outros são, no momento, aliados naturais e necessários contra o stalinismo. As contas que devemos ajustar com o reformismo, as ajustaremos sobre uma base de classe e um sentido de classe e não sob a direção da reação totalitária ou em aliança com ela. O stalinismo é o veneno mais violento que já correu nas veias do proletariado. Explicar essa praga é tarefa que se impõe em primeiro lugar a todo militante.

(De "Confrontation Internationale").



A BURGUESIA BRASILEIRA EM DECOMPOSIÇÃO

(Conclusão da 1.ª pág.)

feridos títulos, do que a falta de moralidade, a aplicação estulta, senão criminosa, das reservas brasileiras acumuladas durante a guerra e depositadas no Banco da Inglaterra.

Em lugar de destinar os milhões — mais de vinte — de libras esterlinas a compra de máquinas para a indústria e para a lavoura do país; em vez de com elas serem adquiridos os trilhos, as locomotivas, os vagões para as linhas férreas brasileiras; ou ainda, em lugar de mandar vir o aparelhamento necessário aos serviços de drenagem dos portos, rios e canais do país — manda o governo brasileiro pagar ao par, isto é, por cem títulos de nossa dívida que, apesar da afirmação em contrário do senhor ministro da Fazenda, poderiam ser comprados, na Bolsa de Londres, por setenta. Se juntarmos a isto a circunstância de estarem esses títulos vencendo juros muito módicos e não haver premência na sua liquidação, teremos, então, a medida exata da imoralidade que deve ter havido em toda essa história, sob todos os aspectos lastimável.

As razões até agora invocadas pelos que defendem esse ato do governo brasileiro, não têm qualquer consistência. Sempre haveria meios legais para serem acautelados os interesses brasileiros, na hipótese absurda de vir o governo de sua majestade britânica a passar um calote no Brasil, deixando de reconhecer o direito do nosso país à posse dos mencionados saldos. De outro lado, não se pode admitir que as nossas autoridades assim agiram simplesmente por inépcia, especialmente se considerarmos que, até mesmo para a inépcia, há um limite.

Destarte, não pode haver outra alternativa: na compra dos títulos da dívida brasileira em esterlinas, feita ao par, houve uma grande negociata; algum protegido do governo abischoitou a polpuda soma de cerca de trezentos milhões de cruzeiros, que é quanto perdeu o tesouro nacional.

Registra-se, assim, mais uma grande negociata em tudo semelhante ao pagamento antecipado do empréstimo em dólares do café, o da venda dos estoques do Departamento do Café, o da compra de imóveis para o Instituto dos Comerciantes e de muitos outros. Tais escândalos se estão amuando à medida que se aproxima do fim o governo do general presidente. Tanto eles se repetem que o atual governo passará para a história do Brasil como o governo das grandes negociatas, muito embora o sr. general Dutra possa ser, pessoalmente, um homem honesto. Mas, todo mundo aponta os autores dessas negociatas como pessoas que privam da intimidade do presidente, membros que são da Copa e da Cozinha do Catete.

Ainda recentemente um homem público de bem afirmou que mais do que “a corrupção que foi a ferugem corrosiva de velhas civilizações”, o que está matando o Brasil é a espessa camada de lama que sobre ele está sendo derramada pelos que se apoderaram do leme da nau governamental. E como são todas essas pessoas, representantes legítimos da classe dirigente do país, segue-se que é a própria burguesia nacional que está em decomposição. Surgem realmente de todos os setores, de todos os lados veem-nos as demonstrações de que a burguesia nacional entrou mesmo a se decompor.

A preocupação máxima dos que se candidatam aos postos da administração pública não é de bem servir à coletividade, mas tão somente de conseguir uma maneira de viver sem trabalho e de enriquecer facilmente, embora, ou por isso mesmo, muitas indignidades precisem ser cometidas. Daí o espetáculo aterrador de tantos candidatos aos lugares que, normalmente, deveriam constituir postos de sacrifício. E' que a burguesia nacional “não conseguiu elevar-se à altura de uma verdadeira classe dirigente, con-

ciente do papel que lhe cabe representar em regime capitalista”. Ela não se preocupa com o magno problema da nação; o bem estar das massas populares é, no seu entender, uma mera expressão verbal, mui útil para os dias de festa, para os efeitos de propaganda eleitoral. Nada é planejado, nenhuma questão é maduramente estudada; tudo corre ao deus dará. Os governos só existem, somente sabemos de sua presença, quando em função dos interesses dos amigos, dos apunhados, dos poderosos do dia.

Em nenhuma parte do mundo iremos encontrar uma classe dominante mais parecida com a do Brasil do que na China dos nossos dias. E' que lá como aqui, a corrupção é a regra. Tão desmoralizada acha-se a burguesia chinesa que o Departamento de Estado dos Estados Unidos acusou-a publicamente de corrupta, atribuindo a isso a vitória dos comunistas chineses. Lá como em nosso país, de um lado encontra-se a elite dominante em decomposição e do outro as massas populares miseráveis, mulambentas, famintas. Quem duvidará que se poderia repetir aqui, em tais condições, o que vem de suceder à China?

Em toda a já longa história do Brasil, as classes dominantes sempre se comportaram como meros compradores, como simples intermediários entre os produtores estrangeiros e as massas consumidoras, reservando-se nessas transações, polpudas comissões. Nunca existiu, como não se nota ainda agora, o sentido de unidade de classe zelosa de suas prerrogativas de comando, nem unidade houve jamais no estudo dos problemas nacionais, ou no manejo da coisa pública. O resultado seria de ser fatalmente o que estamos vendo: corrupção generalizada no trato dos dinheiros da nação, desregramento de costumes, o esfacelamento, enfim, daqueles hábitos de que davam certa respeitabilidade à sociedade burguesa.

Pirajá

CANDIDATOS SOCIALISTAS

À CAMARA DE VEREADORES DE FORTALEZA

Reuniu-se em Fortaleza a Convenção Municipal do Partido Socialista Brasileiro, seção do Ceará, estando presente à mesma os delegados eleitos e numerosos filiados. Os trabalhos foram presididos pelo comp. Geraldo Lemos e secretariados pelo comp. Antonio Girão Barroso.

O primeiro assunto discutido foi a sucessão prefetural de Fortaleza, deliberando os convencionais, por expressiva maioria, que, a esse respeito, o Partido aguardaria a apresentação oficial de candidatos à Prefeitura Municipal, a fim de apoiá-los ou não. Na impossibilidade desse apoio, será apresentado candidato próprio ou considerada aberta a questão dentro do Partido.

A seguir, passou-se à escolha dos candidatos socialistas à Câmara Municipal, apurando-se por enquanto os seguintes nomes, aprovados unanimemente pela Convenção: Valdemar Caracas, ferroviário, professor Francisco Sales Botelho, escritor Antonio Girão Barroso; jornalista Carlos Gaspar; bacharelado José Alencar Furtado; dr. Servulo Mendes Barroso; Castor Pinto de Mesquita; professor Cid Peixoto; Rufino Gomes de Matos, metalúrgico, João José

Viana, marítimo, Pedro Veríssimo dos Santos, gráfico, Jandira Carvalho, escritora, José Saraiva de Almeida, contador, e dr. Antonio Batista de Sousa. Após essa primeira escolha de candidatos a vereadores, a Convenção decidiu que outros nomes, oportunamente, completarão a chapa municipal do P. S. B.

NOVA COMISSÃO MUNICIPAL

Foi eleita após a nova Comissão Municipal do P. S. B., composta de quinze membros efetivos e cinco suplentes. Foram os seguintes os nomes susfragados: Sebastião de Almeida Negreiros, Valdemar Cavalcante, Pinto Mesquita, João Valter de Menezes, Francisco Gadelha, Rufino Gomes de Matos, Servulo Mendes Barroso, Andreina Pimenta, José Guedes, Newton Araújo, Carlos Gaspar, João José Viana e Antonio Batista de Sousa. Suplente: Pedro Veríssimo, Alberto Sales Loiola, Francisco Botelho, Ranulfo Antonio dos Santos e José Saraiva de Almeida.

Por último, a Convenção faz escolha dos delegados de Fortaleza a próxima Convenção Estadual do Partido, marcada para os dias 3 e 4 de junho.

INDICADOR PROFISSIONAL

ADVOGADOS

WILSON RAHAL

ESCRITORIAL:

Prça Antonio Prado, 9 - 11.º andar
Salas, 1107/9 — Fone: 3-4656

RESIDENCIA:

Rua Guarará, 230 — SÃO PAULO

DR. JULIO DE ARAUJO FRANCO FILHO

RUA BRAULIO GOMES, 25
7.º PAV. - CONJ. 709

Renato Sampaio Coelho

Rua José Bonifácio, 209
11.º andar - Salas 1.104-6-8-10
Tel.: 6-3013

ADELMAR V. BRANDÃO ANTONIO COSTA CORREA

RUA FRADIQUE COUTINHO, 303
R. CONS. CRISPINIANO, 79
5.º Andar - Tel. 6-3013

HIRAM MAYR CERQUEIRA

Tel.: 3-5502
R. Sen. Paulo Egídio, 61 - 3.º
SÃO PAULO

Drs. Hozair Motta Marcondes e Carlos Nobrega Duarte

Rua Benjamin Constant, 138
3.º Andar - Tel 2-6652

FREITAS NOBRE

ADVOGADO

Rua José Bonifácio, 239 - 3.º And.
Tel.: 2-0168

HOSPITAL 9 DE JULHO

Rua Peixoto Gomide, 647

Fone — 6-6565

CIRURGIA GERAL
ABERTA A TODOS
OS MÉDICOS

MÉDICOS

DR. FEBUS GIKOVATE
Xavier de Toledo, 46 - 3.º
CLINICA DO APARELHO RESPIRATORIO
RAIOS X

DR. EMILIANO NOBREGA
CLINICA MÉDICA
Rua da Estação, 13
TREMÊMBÉ DA CANTAREIRA

DENTISTAS

DR. OSVALDO ANTÃO FERNANDES, C. D.
Clínica geral - Infecções dentárias - Cirurgia - Raios X - Dentaduras (com curso Post. Graduado)
Rua Barão de Itapetininga, 139 - 3.º and.
Ap. 2 - Tel.: 4-0027
SÃO PAULO

LEIS TRABALHISTAS E GETULISMO

Há muita gente do nosso povo que acredita, sinceramente, que a legislação trabalhista existente no Brasil é um presente do sr. Getúlio Vargas, que se este não tivesse ocupado o poder, ainda estaríamos operários brasileiros sem garantia legal alguma. Por outro lado, os elementos mais reacionários e incoerentes da burguesia brasileira vêm no sr. Getúlio o espantinho da "proteção ao operário" e por isso o combatem, embora os burgueses concientes saibam muito bem que o ex-ditador sempre foi um fiel defensor e servil das intenções capitalistas.

Vamos examinar um pouco este assunto.

Toda legislação trabalhista, no regime capitalista, tem um conteúdo essencialmente burguês. As "leis do trabalho" têm por finalidade regulamentar a exploração do trabalho, planejar e organizar a mão de obra que é o elemento essencial da produção. Há interesses nitidamente capitalistas de que resulta a necessidade de existência de leis trabalhistas e de sua aplicação mais ou menos eficiente:

1.º) — Há o interesse internacional, que diz respeito mais de perto às grades potências capitalistas. Estas são obrigadas, pelo desenvolvimento das organizações sindicais e da consciência do seu proletariado, a manter a exploração do trabalho dentro de certos limites. Daí o interesse que têm em que a burguesia de outros países menos desenvolvidos seja, também, obrigada a manter a exploração do proletariado dentro de limites semelhantes, a fim de evitar enriquecimento rápido e consequente desenvolvimento do capitalismo nesses outros países, acarretando concorrência no mercado internacional. Daí a instituição da Organização Internacional do Trabalho, com sede em Genebra, e os "acordos internacionais" pelos quais todos os países signatários se comprometem a manter em vigor uma legislação trabalhista referente às "garantias essenciais do trabalhador".

2.º) — Há um interesse nacional, das mais altas camadas das classes capitalistas, que são, naturalmente, os mais influentes, os que mais podem orientar o governo ou os parlamentos, no regime capitalista. Aos grandes capitalistas nacionais, aqueles cujas empresas já atingiram grande desenvolvimento, não interessa a liberdade na exploração do proletariado, isto é, a inexistência de obrigações legais das patrões para com os operários. O desenvolvimento capitalista só se faz à custa da exploração do proletariado. Portanto, os grandes capitalistas, que já tiveram toda a liberdade de exploração, no passado, e por isso acumularam grandes riquezas, não desejam que outros capitalistas menores, que se apresentam agora nas competições do mercado, tenham a mesma liberdade de exploração, o que significaria possibilidade de enriquecimento e desenvolvimento rápidos, concorrência, "desordem" no mercado. Daí o fato de concordarem as organizações patronais, que representam, em geral, as mais altas camadas da burguesia, com a existência de uma legislação trabalhista de "proteção ao trabalhador".

3.º) — Há um interesse político das classes dominantes, na manutenção da legislação trabalhista. Os burgueses mais concientes sabem muito bem que se houver li-

berdade na exploração do proletariado, os capitalistas, individualmente, levados pela concorrência própria do regime, estenderão essa exploração a limites extremos, até provocar a exasperação e explosões de desespero do proletariado, o que é muito perigoso atualmente, dada a difusão das ideologias socialistas;

4.º) — Finalmente, há a técnica do "despistamento", que foi posta em prática pelo fascismo, nos tempos modernos, e que é o grande segredo do trabalhismo dos caudilhos típicos Franco, Peron e Getúlio. Esta técnica consiste em eliminar as conquistas fundamentais do proletariado, aquelas que podem levar os trabalhadores a um desenvolvimento de sua consciência e à obtenção de vantagens reais, que são aquelas referentes a salário, custo de vida, horário e demais condições de trabalho. Em outras palavras, suprime-se a liberdade de organização sindical e o direito de greve, que são as garantias fundamentais do proletariado. Em troca, para dar a ilusão de que o Estado está substituindo essas garantias por outras mais eficientes, são postas em vigor muitas leis de "proteção" ao trabalhador, regulando horário de trabalho, dispensa do emprego, férias, etc.

Por aí se vê que a existência de leis trabalhistas no Brasil, como em qualquer outro país, nada prova a favor do governo, seja do sr. Getúlio, seja do sr. Dutra ou de qualquer outro figura político das classes dominantes. Leis trabalhistas semelhantes às do Brasil existem hoje em todos os países. Vários deles têm legislação mais avançada que a brasileira, sem que nelas tenha existido um ditador "benzinho" que expedisse tais leis como um presente destinado a proteger os trabalhadores.

A existência de numerosas leis trabalhistas não constitui, aliás, índice de que o proletariado do país conseguiu arrearçar dos legisladores e governantes medidas de proteção e atingir um nível de desenvolvimento elevado. Pelo contrário, a existência de muitas leis trabalhistas significa, frequentemente, um índice de atraso do proletariado, um índice de que ele se encontra amarrado ao carro do Estado capitalista. A prova disso é que justamente nos países onde o proletariado tem um mais alto nível de desenvolvimento econômico e social, ou seja, nos Estados Unidos e no Inglaterra, quase não existem leis trabalhistas. Nesses países as conquistas operárias, no terreno econômico e social, são obtidas pela força das organizações sindicais e dos movimentos grevistas, o que bem demonstra que o sindicato livre e o direito de greve amplo valem, para o operário, mais que milhares de leis trabalhistas de "proteção".

O Brasil é signatário da Convenção Internacional de Trabalho, de Genebra, desde 1919. Em tais condições, estava obrigado a manter uma legislação trabalhista referente às garantias mínimas do trabalhador, pelo menos desde aquela época: horário de trabalho (lei de oito horas), férias, indenização por dispensa do emprego, indenização por acidente do trabalho, etc. O governo e o parlamento, porém, não cuidaram de cumprir esta obrigação internacional, até 1930. Apenas algumas leis esparsas foram elaboradas e postas

em vigor, sob pressão de movimentos grevistas e agitação no meio operário: lei de acidentes do trabalho, em 1919, logo após a grande greve geral que estourou em São Paulo; lei de férias e aposentadoria aos ferroviários, em 1923, após movimentos grevistas ocorridos entre os ferroviários da Cia. Paulista e outras empresas; proteção ao trabalho de menores, em 1927, etc.

A revolução de 1930 inscreveu como um dos pontos de seu programa a organização do Ministério do Trabalho e a elaboração de uma legislação trabalhista estabelecendo garantias mínimas contra o regime de exploração desumana do proletariado que vigorava até então. Esse ponto foi imposto a Getúlio pelos antigos revolucionários de 1924, e da "Coluna Prestes" que se encontravam no exílio (Siqueira Campos, João Alberto, Miguel Costa e outros), como condição para participarem da revolução.

De fato, vitoriosa a revolução de 1930 e graças à efervescência revolucionária que dominou as massas populares na ocasião, várias leis trabalhistas importantes foram postas em vigor. A lei sindical de 1931, por exemplo, dava aos sindicatos plena liberdade e conferia-lhes poderes até de fiscalizar a execução dos leis trabalhistas nos estabelecimentos industriais e comerciais. O Ministério do Trabalho foi organizado, tendo à sua frente Lindolfo Color, que foi um democrata consequente, disposto a cumprir o programa da revolução de 1930.

Até 1935 a legislação trabalhista brasileira teve uma fase progressista. Essa fase corresponde ao primeiro período de governo ditatorial de Getúlio, que vai até julho de 1934, período esse ainda foi dominado pelo impulso revolucionário de 1930, e o período de governo democrático que se seguiu à Constituição de 1944. Nesse último período foram promulgadas algumas leis importantes, como por exemplo, a lei 62 de junho de 1935, que estendeu a todos os trabalhadores da indústria e do comércio o direito de indenização em caso de dispensa, e a estabilidade no emprego. Note-se, a propósito, que esta lei, que pode ser considerada a mais importante da legislação "getulista", não foi sancionada pelo sr. Getúlio Vargas. Foi elaborada pela Câmara dos Deputados e sancionada pelo sr. Antonio Carlos, que então se encontrava na presidência da república, em virtude de viagem do sr. Getúlio ao Uruguai.

Em novembro de 1935 houve a tentativa de golpe comunista. Daí começa a contra-marcha reacionária do governo de Getúlio, que culminou com o golpe fascista de novembro de 1937. A partir de então, as garantias fundamentais do proletariado, que anteriormente figuravam na legislação trabalhista, foram restringidas e mesmo suprimidas em alguns casos. A liberdade e autonomia dos sindicatos e o direito de greve, por exemplo, foram suprimidos. Mesmo as garantias de salário sofreram restrições com as famigeradas leis de "abono", de 1941 e 1942. E assim por diante. Na segunda fase ditatorial do governo de Getúlio que vai de 1935 a 1945, não houve leis que realmente trouxessem qualquer garantia aos trabalhadores brasileiros. Em compensação, muitas garantias importantes foram restringidas ou suprimidas.

Como se vê, o proletariado nada deve ao sr. Getúlio Vargas, sendo a perda de suas liberdades fundamentais, a criação dessa miserável burocracia ministerialista que atualmente está instalada nos sindicatos operários, devorando o famigerado "imposto sindical", a confusão política reinante nos meios proletários e o alto custo de vida que anula os míseros salários atuais.

Por certo, Getúlio não é o grande ou o único responsável por isso tudo. Qualquer outro que estivesse no governo teria feito a mesma coisa. Getúlio foi um simples instrumento da vontade das classes capitalistas brasileiras.

Atualmente, há grande oposição contra Getúlio em certos setores das classes capitalistas brasileiras. Isso não quer dizer que Getúlio seja um homem identificado com os interesses e aspirações do proletariado. A oposição a Getúlio, por parte de setores do capitalismo cabuto, parte de várias fontes:

1.º — Com o desenvolvimento da crise, os capitalistas brasileiros estão sentindo a necessidade de descarregar suas dificuldades nos custos do proletariado. Por isso, interessam-lhes ter no poder um chefe de governo mais dócil aos seus desejos, que não se veja preso, pelo menos por propósitos demagógicos, à legislação trabalhista de "amparo ao trabalhador".

2.º — A burguesia brasileira, em conjunto, é de mentalidade teatral e atrozada politicamente, de

modo que a maioria dos seus homens é incapaz de compreender até que ponto Getúlio serviu aos seus interesses de classe. Grande número de capitalistas brasileiros faz oposição reacionária ditada pela estreiteza de sua mentalidade, contra a atual legislação trabalhista. E para esses homens, Getúlio personifica essa legislação.

3.º) — Getúlio, para voltar ao poder, teria de vir montado em grande agitação e efetuar campanhas demagógicas no meio do proletariado, o que se apresenta como um fato "perigoso" para os acovardados burgueses brasileiros, que não têm capacidade alguma de luta.

Porisso tudo, achamos que a posição dos proletários concientes, diante do "trabalhismo" getulista é esta: Desmascarar o conteúdo mistificador, falso, desse trabalhismo. Mostrar que Getúlio nada tem em comum com os interesses proletários, mas, ao contrário, sempre foi e será um político profissional da burguesia, um servil dos interesses capitalistas. Mas, ao mesmo tempo, não deixar de combater e desmascarar os círculos mais reacionários da burguesia e seus representantes políticos, que combatem na pessoa de Getúlio as míseras garantias conquistadas pelos trabalhadores brasileiros e a possibilidade de serem essas garantias ampliadas e cumpridas efetivamente.

ANTONIO COSTA CORRÊA

Movimento Organizador da Juventude Socialista

(Conclusão da 8.ª pag.)

parte, aquelas liberdades e possibilidades de organização independente, ainda existentes no mundo ocidental, estão "cada vez mais ameaçadas pela crise do capitalismo e não sobreviveriam a uma nova guerra mundial.

4) Somente a existência de uma terceira força socialista internacional, independente, democrática e revolucionária, poderá afastar da humanidade o perigo de uma nova guerra.

5) As soberanias nacionais tendo sido superadas pelos dois gigantes que disputam o domínio do mundo. Portanto a luta pela paz, pela liberdade dos povos, contra qualquer forma de dominação imperialista, deve ter por objetivo a unificação socialista do mundo.

6) A crise da estrutura social do Brasil devido à impotência da burguesia nacional e às presentes condições históricas, não tem solução dentro do quadro capitalista e nacional, só podendo ser resolvida pelo socialismo democrático e revolucionário, dentro de uma perspectiva internacional.

7) O socialismo é a posse dos meios de produção pelos produtores livremente associados, preservadas as liberdades fundamentais do homem bem como as formas de organização independente e superados os quadros nacionais.

8) Cabe à juventude um papel de vanguarda na luta pela realização de todos esses objetivos.

Por essas razões, os jovens socialistas do Brasil resolvem fundar nesta data, o "Movimento Organizador da Juventude Socialista" que terá os seguintes objetivos:

1) Difundir entre a juventude os ideais socialistas de modo a torná-la uma força de vanguarda na luta do movimento operário pela ascensão do proletariado ao poder e pela socialização da economia.

2) Preparar quadros e condições políticas para a fundação de uma JS do Brasil.

3) Contribuir para o esclarecimento dos principais problemas do movimento socialista em nossos dias.

4) Combater as influências reacionárias, totalitárias e alienantes com que o declínio da sociedade burguesa ameaça a juventude.

5) Lutar pela ascensão da juventude nos terrenos econômico, social, político e cultural, material e espiritual; e em particular da juventude operária que já se erge o cerne e o fundamento da JUVENTUDE SOCIALISTA.

6) Lutar pela preservação das liberdades democráticas e em particular, pela defesa da juventude contra qualquer forma de opressão material ou de obscurantismo espiritual.

7) Contribuir pelo fortalecimento de todos os movimentos de socialismo democrático do mundo e por sua organização como terceira força no cenário internacional.

O M. O. J. S. marchará paralelamente ao PSB tanto no campo teórico quanto no campo prático, uma vez que reconhece em seu programa e em sua atividade a presença daqueles princípios que constituem nossa razão de ser, nosso objetivo e nosso ideal.

A Europa resiste à pressão americana

por Sam Feliks

O debate do Congresso norte-americano sobre a verba a ser concedida ao Programa de Recuperação Europeia (ECA) — ou "Plano Marshall" — começou a 21 de fevereiro. Naquela época esperava-se que Paul Hoffman, administrador do ECA, pediria uma verba de 31 milhões de dólares para levar a cabo o terceiro ano da tarefa de "integrar" a economia da Europa Ocidental.

Paul Hoffman e outros portavozes do ECA terão a missão de justificar essa larga soma a despeito da pressão por cortes nas despesas governamentais e da falta de qualquer indicação real sobre se, a essa altura dos acontecimentos, os EE. UU. poderão levar avante seu plano de "integração". Há várias semanas Paul Hoffman voltou da Europa depois de uma reunião do Conselho Europeu do ECA em que todas as nações da Europa Ocidental recusaram-se a marcar segundo as diretivas norte-americanas.

Entretanto, Paul Hoffman anunciou a 17 de Fevereiro que ele vai apresentar um programa que "reforçará consideravelmente" o conceito de "integração". "Queremos que a Europa realize em vinte e cinco meses o que ela realizaria, sob circunstâncias menos prementes, em vinte e cinco anos", acrescentou. Isso significa simplesmente que os EE. UU. estão dispostos a quebrar os últimos vestígios de independência europeia.

A crescente pressão da guerra fria, representada pela decisão de produzir a bomba H e pelos avanços russos no sudeste da Ásia, necessita da construção de um monolítico bloco militar e económico que se prepare para o choque com o monólito stalinista. Os EE. UU. estão tentando suprimir qualquer independência da Europa Ocidental e isso só pode ser realizado pela redução da Europa Ocidental a estado cada vez mais actuado de vassalagem virtual.

A "integração" é apresentada como a maneira de construir uma Europa Ocidental que seja capaz de exercer uma acção de atracção sobre a Europa Oriental e assim clindir o campo stalinista. Entretanto o método pelo qual esse conceito é levado adiante é uma maneira segura de prender cada vez mais os satélites ao campo russo.

O capitalismo de empreendimento livre que os EE. UU. estão tentando impor à Europa Ocidental não oferece alternativa aceitável às massas que ficam do outro lado da cortina de ferro.

FRACASSO DO ANTIGO PLANO

As perspectivas do Plano Marshall ser bem sucedido, mesmo nas antigas bases tentativas a liquidar a carência de dólares, são extremamente tenues, como está demonstrado. Na reunião de Fevereiro do Conselho Europeu do Plano Marshall, as nações participantes indicaram que, ao findar o Plano Marshall em 1952, haverá um deficit de 2 bilhões de dólares.

Tal estimativa foi feita à base de quatro considerações que revelam que mesmo tal avaliação é otimista. Tais considerações são: 1) que a ajuda do PM continuará em alto nível; 2) que o movimento de negócios nos EE. UU. continuará no nível do terceiro e quarto períodos de 1949; 3) que haja expansão continua da produção e do comércio no atual nível de preços.

Está demonstrado que todos esses três pontos não são realistas. O efeito da ligeira retracção nos EE. UU., em meados de 1949, teve consequências desastrosas sobre a falta de dólares na Europa Ocidental. Ela acentuou a grande independência existente entre a Europa e a prosperidade americana e acarretou as subsequentes desvalorizações — das moedas da Europa Ocidental que diminuiram muito pouco aquela dependência. Em 1951, espera-se que os investimentos nos EE. UU. diminuirão de 13% e que o movimento de negócios decline no segundo semestre. Portanto, pode-se esperar que as importações americanas diminuam e que a falta de dólares aumente.

De tal tendência, nasce a tentativa europeia de discriminação contra as exportações americanas. A tentativa consiste em procurar importar de países fora da área do dólar afim de que, quando decaírem as importações americanas por efeito do primeiro sinal de retracção nos EE. UU., a Europa Ocidental não se veja forçada a continuar a importar dos EE. UU. e a alterar assim a carência de dólares. Por outro lado, os EE. UU. estão forçando a Europa Ocidental a manter sua dependência em relação às exportações americanas. Só isso basta para indicar o carácter reaccionário do Plano Marshall.

O Livro Branco Britânico sobre o ECA, publicado em meados de Janeiro deste ano, afirma que se espera que o comércio decresça em vista da já menor carência de mercadorias e capitais na Europa, bem como por causa da crescente concorrência alemã e japonesa que renasce. Pode-se esperar efeito semelhante nas demais nações do Plano Marshall.

Em face da dependência continuada para com a economia americana, Paul Hoffman apresenta uma série de exigências à Europa Ocidental. O "ECA" pede "libertação" do comércio, isto é: levantamento dos controles instituídos para defender as economias nacionais da concorrência externa e para dirigir os programas de recuperação.

O EXEMPLO DA ALEMANHA

A imprensa americana procura afirmar que o único obstáculo à libertação do comércio é a Grã-Bretanha. Mas, a oposição aos planos americanos parte de toda a Europa Ocidental. O que o bloco do "livre empreendimento", constituído pela Bélgica, França e Itália, devia fazer era observar os resultados da política americana na Alemanha.

A Alemanha, antes de Outubro de 1949, tinha uma balança comercial favorável. O alto comissário americano ordenou então que o comércio fosse "liberado" isto é: que todas as restrições ao comércio fossem levantadas. A Alemanha tem agora um vasto deficit de vários bilhões de marcos, o desemprego chegou a dois milhões e há carência de capital para investimentos.

O resto da Europa Ocidental olha para a Alemanha com prenúncio do que sucederá se os outros países "liberarem" também. Eles temem as consequências sociais e políticas que resultariam do desequilíbrio económico assim provocado: destruição do capital investido, desorganização dos mercados e desemprego. Assim o "Economist" de Londres afirma em seu número de 3 de Fevereiro "uma palavra, a política liberal seguida pelo governo retirá-la as armas indispensáveis para resolver os problemas excepcionais criados pela situação especial da Alemanha".

Por outro lado, as objeções apresentadas pela Grã-Bretanha aos propósitos integrados são mais bem fundamentadas. Enquanto as nações da "livre empresa" levantam objeções baseadas sobretudo no desejo de proteger suas inversiones e seus mercados, o governo trabalhista britânico joga com considerações políticas directas.

A GRÃ-BRETANHA APRESENTA UM OBSTACULO

Os trabalhistas estão comprometidos com um programa de pleno emprego, nacionalizações e economia planificada. A Grã-Bretanha é também o banqueiro e o dirigente monetário de um bloco internacional de comércio, a área da libra. Os interesses "liberadores" dos EE. UU. entram em conflito aberto com os maiores interesses daquele bloco.

As grandes perguntas são: Como pode o governo trabalhista abandonar seus controles sobre a economia britânica sem abandonar seu programa político e arriscar-se assim a cometer um suicídio político? E como pode a Inglaterra submeter-se ao conceito americano de "integração" sem abandonar sua posição de cabeça da área da libra e relegar-se assim ao papel de dependente económico dos EE. UU.?

A Grã-Bretanha não pode fazer nenhuma dessas duas coisas sem arricar com as consequências. O governo trabalhista inglês, bem como os governos social-democratas dos países escandinavos, estiveram seguindo a trilha de uma estreita política nacionalista. Tentaram conseguir estabilidade económica com medidas restritivas do comércio e a segurança através da autossuficiência. É a maneira reformista de evitar as contradições do mercado.

É um método condenado ao fracasso, pois procura ignorar a divisão internacional do trabalho. Essas nações não têm individualmente qualquer pos-

Relatório apresentado à Convenção Estadual do PSB em São Paulo

(CONCLUSÃO)

Assistência e educação — Neste setor de nossa atividade partidária, a não ser algumas iniciativas legislativas do comp. Cid Franco, no Câmara Municipal, e a assistência médica prestada a alguns companheiros nossos e suas famílias, nada de mais importante foi realizado pela Comissão que hoje deixa o mandato. Não obstante, esse é um setor que, programado na base de um plano de acção sistemática, muito poderia render para o Partido, não só no que se refere à arregimentação de novos membros, como especialmente no que diz respeito à propaganda de nossas ideias. Neste sentido, urge que a nova C. E. saiba encarar o assunto com maior interesse e dedicação, planejando as atividades dessa secretaria com os seguintes objetivos: a) assegurar assistência médica dentária e hospitalar gratuita ou a preços módicos, mas de modo permanente e racional, a todos os membros do partido e pessoas de sua família; b) criar cursos de alfabetização de crianças e adultos, nos sédes de bairro e outros locais, em entendimento com outras entidades; c) manter um curso permanente de educação política dos militantes, com várias disciplinas, franqueadas ao público e realizadas em dias certos na sede partidária; d) telegrafar as aulas desse curso, mimeografando-as, para encaminhá-las aos CCMM. do interior e às pessoas que se interessarem pelo mesmo.

Conclusões — Ao encerrarmos este breve relatório, não podemos deixar de assinalar ainda algumas lacunas de nosso Partido, aqui tão expressivamente representado nesta Convenção, pelo que tem de mais sensível aos imperativos de nosso programa. Estamos em plena campanha eleitoral pelo vitória da candidatura Prestes Maia ao governo do Estado

e vamos agora ampliar essa atividade com a propaganda dos candidaturas aos postos da representação popular na Assembléia Legislativa do Estado e do Congresso Nacional. Há mais de seis meses escolhemos aquela candidatura, e, a não ser nossa participação em três ou quatro comícios eleitorais, muito pouco ou nada fizemos para o êxito da mesma. Embora esse êxito de nosso trabalho possa ser atribuído, em grande parte, às deficiências materiais e pessoais de que ainda se resente o nosso Partido, força é reconhecer que tem havido falta de iniciativa, ainda de interesse mesmo, por parte da maioria dos socialistas na execução das tarefas determinadas pela C. E. que hoje deixa o seu mandato. À excepção de dois ou três Comitês Populares Pró-Prestes Maia, de que participam companheiros nossos, não surgiu mais nenhum organismo desses, capaz de por-nos em contato com milhares de pessoas partidárias de sua candidatura ao governo do Estado. Isso não só tem prejudicado bastante nossa penetração no seio de grandes setores da população, como tem contribuído ainda para anular a influência que poderíamos exercer sobre o movimento a ela favorável. Impõe-se, pois, uma virada decisiva nesse setor, afim de que possamos reconquistar o tempo perdido e beneficiar-nos com o êxito crescente dessa candidatura. Escolhidos, agora, nossos candidatos a deputados federais e estaduais, melhor oportunidade não pode haver para a criação de tais comitês. Cada candidato está no dever de criar um organismo desses, visando não só a propaganda da candidatura Prestes Maia, mas a sua própria candidatura. Sugerimos, assim, que a nova C. E. estabeleça isso como tarefa imediata de cada candidato socialista a ser indicado pela Convenção.

PLINIO G. MELLO

sibilidade de autossuficiência, a não ser abdicando sistematicamente seu padrão de vida. Esse método tende a resultar em restrições ao comércio entre as regiões mais desenvolvidas e em uma concorrência feroz pelos mercados de ultramar, como já está se observando.

A área da libra representa o maior obstáculo para a abolição da Grã-Bretanha pela "integração" americana da Europa Ocidental. Dá à Inglaterra certa independência nas negociações dentro do Conselho Europeu do Plano Marshall. Se os EE. UU. puderem enfraquecer ou romper o bloco da libra sua tarefa se tornará muito mais fácil.

Os EE. UU. já abriram brechas no bloco da libra. O ECA obrigou a Inglaterra a fazer um corte de 15% nos pagamentos anuais da dívida de guerra para com a Commonwealth principalmente a Índia. Agora, para a Índia continuar seu desenvolvimento viu-se forçada a apelar para o Banco Mundial, dominado pelos EE. UU., para um empréstimo de dólares afim de comprar maquinaria americana. Desse modo a Inglaterra vê-se compelida a partilhar, em pequena extensão por ago-

ra, seu mercado de capital e mercadorias.

Isso faz compreender a popularização do esquema proposto por Walter Lippman, colunista do "New York Herald Tribune". Ele propõe que uma vez que a quantidade de mercadorias embarcadas pela Inglaterra para a área da libra é quase igual ao montante da ajuda Marshall à Inglaterra, os EE. UU. devem cortar o auxílio à Inglaterra e embarcar eles próprios a mesma quantidade de mercadorias.

Tal plano tem um duplo mérito do ponto de vista dos capitalistas americanos. Um é: desagregar o bloco da libra. O outro se baseia no fato de que, apesar da referida quantidade de mercadorias ser a mesma em valor, em espécie é diferente. Enquanto os EE. UU. exportam para a Inglaterra grandes quantidades de matérias primas, a Inglaterra exporta para a Commonwealth sobretudo maquinaria e artigos manufacturados. Tal coisa seria um uchaço para a indústria pesada americana, num período de declínio das inversões.

As nações do Plano Marshall sentem que possuem um argumento importante a opor à política económica americana - a

(Continua na pag. 7)

Tribuna de Discussão Socialista

O PARTIDO POLITICO e a Legenda Eleitoral

A tarefa da criação de um partido que não pretenda ser apenas o pretexto para a carreira de políticos avulsos, é empresa que transcende o período propriamente eleitoral.

A efetivação de um programa dessa natureza, como é o programa do partido socialista, compreende um aspecto "educativo" e outro "militante" — distinção essa feita mais para fins de análise do problema, pois na prática uma e outra coisa devem, o mais das vezes, confundir-se.

Não compreendemos a política como o exercício de direitos na luta por reivindicações e na caminhada pela aplicação de amplo programa de reforma. Assim sendo, o programa socialista não pode chegar ao traduzir-se em realidade graças ao simples amadurecimento político da elite dirigente do país. O socialismo não virá como presente de Natal dado ao povo no dia em que a bancada socialista na Câmara Federal for a mais numerosa, e puder reformar a Constituição, e puder reformar a Constituição e votar as leis complementares necessárias às várias socializações.

Esse modo de ver e contar as coisas dá certo nas histórias de fadas e de princípios encantados, mas na prática política quotidiana dá errado. O socialismo se realiza como um processo de tomada de consciência pelo proletariado e pelos grupos sociais afins, e a foto das votações realizadas na Câmara resume-se, a final, a uma simples formalidade.

Vendo as coisas deste modo, chegamos a concluir que o partido não pode estar a serviço da legenda eleitoral, que serve hoje como uma espécie de marca de fábrica, uma patente de registro que lhe permite atuar no comércio político do país; pelo contrário, essa legenda eleitoral — formalidade legalmente imposta e necessária — que deve estar a serviço do Partido pois este age ou deve agir em campos os mais diversos, nos mais diferentes oportunidades, e inclusive em período e lugares em que a legenda eleitoral nada tem a fazer. A fixação desse detalhe mais ou menos aciano é entretanto importante, porque na condução dos destinos do partido frequentemente nos esqueçamos de verdade tão elementos, e somos levados, pela pressão das circunstâncias, a inverter os dados do problema.

Assim por exemplo, não falta quem diga que não podemos ter candidatos próprios à presidência e à vice-presidência da República, porque não teríamos contingente elei-

toral capaz de dar-lhes a vitória. Mais do que isso, iríamos expor-nos ao ridículo, e expor ao ridículo os nossos candidatos, pela fraquíssima votação que alcançariam. É obrigatório, nessa altura, lembrar o caso daquele Rolim Teles.

Ora, a verdade é que não estamos melindos num concurso de beleza, nem num programa de rádio para calouros, em que o importante seja alcançar o primeiro lugar ou evitar o gongo. A vida de um partido político sério e consequentemente é muito dura, e o caminho do seu sucesso não pode ser encurtado graças a golpes de magia. O partido tem que arrastar com todas as adversidades, tem que se expor a todos os contratempos, para poder se afirmar, varar o anônimo e aparecer aos olhos do povo.

O importante, hoje, é que nos configuremos. O importante é que saíamos desse limbo político em que — aos olhos da opinião pública — ainda jazemos, sem que saibam ao certo si somos um rebogo permanente da UDN, ou se somos comunistas descontentes, ou apenas um grupinho com mania de discussão e que para nas esteras ocidentais.

Si um partido político tem um programa que não se confunde com o de nenhum outro, é curial que ele deve aproveitar todas as oportunidades de propaganda desse programa — mesmo que não tenha nenhum a chance de fazê-lo vitorioso imediatamente — pois do contrário nunca alcançará a maioridade.

A derrota política pode constituir uma desmoralização e cobrir de ridículo as pessoas que se abalancam em aventuras de desmedida ambição pessoal. Foi evidentemente ridículo o de sr. Rolim, que não tinha nada a propor ao país, quêsse, sôzinho, ser presidente da República.

Mas nada há de ridículo em que o Partido Socialista tenha o seu candidato próprio à presidência da República, pois essa é a primeira obrigação de todo o partido que preza o seu programa e toma a sério o tarefa que se impôs, de chegar a governar o país. Os poucos milhares de votos que obtivéssemos seriam votos dado ao partido como um todo, ao programa de socialismo e liberdade que é a nossa bandeira. Parece evidente que na primeira tentativa não iríamos mesmo chegar ao Catete. Mas é através de derrotas dessa natureza que o povo se educa — e camadas populares cada vez mais amplas passaram a contar com o nosso partido como aquele que não anda atrás

de barganhas, mas sim se propõe, simplesmente, fazer o que promete fazer.

Numa oportunidade impor como essa, das eleições nacionais, seria imperdável fraqueza que deixássemos de utilizar a nossa legenda, para o reforço das posições do partido. A participação no pleito, com candidatos próprios, dinamizaria nossa ação em todo o país, insuflaria um pouco mais de espírito de luta aos nossos quadros e faria com que todo o partido passasse a trabalhar dentro do pressuposto de que para conseguir nosso objetivo devemos contar apenas com nossos próprios forças.

Vamos, pois, sair do estado de tutela eleitoral em que temos andado, e decidir-nos a correr a nossa sorte, que os milhares de votos dados ao nosso candidato a presidente não seriam mais desmoralizantes que as dezenas de votos os mais das vezes alcançados pelos nossos candidatos a deputados. Pois um, como os outros, não estão correndo atrás de cargos, mas fazendo a propaganda partidária, abrindo o nosso caminho, criando as condições de nossa vitória.

Arnaldo Pedrosa d'Horta

Euclides da Cunha e o Socialismo

CONFERENCIA SOBRE O AUTOR DE "OS SERTÕES" EM CAMPINAS

Sob os auspícios do Centro de Debates Históricos Euclides da Cunha, de Campinas, realizou-se na Escola Normal Carlos Gomes naquela cidade, uma reunião cívico-literária, de cujo programa constaram números de música e de declamação, além de uma conferência do jornalista Gonçalves Machado, sobre o tema: "Euclides da Cunha e o Socialismo".

Nesse trabalho o comp. Gonçalves Machado abordou aspectos interessantes da obra do autor de "Os Sertões", motivo por que a sua conferência despertou grande interesse entre os numerosos admiradores do grande escritor brasileiro.

A parte artística esteve a cargo da Comissão de Colecção e Arte, sob a orientação da senhorita Myriam Carvalho Contadora, que contou com a colaboração das senhoritas Joseida Frisiani, Maria Ines Antunes, Regina Esmeralda T. de Melo, Eni de Abreu Sampaio e Regina do Amaral Ferraz.



JUSTIÇA DO TRABALHO

TRABALHO NOTURNO

Segundo noticiam os jornais, o Supremo Tribunal Federal vem de declarar inconstitucional, por maioria de votos, o decreto-lei n.º 9.666, de 28 de agosto de 1946, e o artigo 73 § 3.º, da Consolidação das Leis do Trabalho, que dizem respeito aos casos em que é devida a diferença de salário, por trabalho noturno, aos trabalhadores. Trata-se de uma decisão de grande importância, que poderá redundar em uma conquista realmente vantajosa para milhares de trabalhadores.

É um princípio assentado na legislação trabalhista de todo o mundo que o trabalho noturno deve ser remunerado com salário superior ao trabalho diurno. No Brasil a Consolidação das Leis do Trabalho estabeleceu o pagamento do adicional de 20% para o trabalho noturno, mas estabeleceu a exceção dos casos de "revesamento de turnos". Ora, em quase todas as indústrias que trabalham à noite, os patrões adotam o sistema de "revesamento", isto é, uma turma trabalha durante uma semana ou quince dias à noite, e depois, durante igual período, de dia. Portanto, a maioria das operárias que trabalhavam à noite não ganhavam o adicional de trabalho noturno. Vio a seguir o decreto-lei diturista n.º 9.666, de 28 de agosto de 1946, feito às pressas, antes de se iniciar o governo democrático e de se aprovar a Constituição. Essa lei, que bem mostra o caráter reacionário e paternal do governo Dutra, modificou o regime de trabalho noturno — os trabalhadores só tinham direito a adicional quando este passava o limite do salário mínimo local. Isto quer dizer que o adicional de trabalho noturno foi completamente eliminado porque hoje não existe um só operário na indústria que ganhe menos que o salário mínimo, que é ridículo (Cr.S 390,00 por mês).

A Constituição de 1946 estabele-

ceu, em seu artigo 157, III, a obrigatoriedade do salário referente ao trabalho noturno ser superior ao do salário de trabalho diurno. A partir de então, a questão da constitucionalidade do decreto-lei n.º 9.666, de 1946, foi levantada na Justiça do Trabalho, porquanto a Constituição, não estabelecendo restrição alguma quanto ao adicional de trabalho noturno, era incompatível com aquela lei diturista, que estabelecia restrições totais, a ponto de anular a garantia. A Justiça do Trabalho, porém, vinha negando, sistematicamente, a inconstitucionalidade do decreto-lei n.º 9.666, o que bem mostra o espírito patronal de que estão animados os juizes trabalhistas. A questão foi levada, porém, ao Supremo Tribunal e este decidiu pela inconstitucionalidade. Esse é um indicio de que a Justiça comum em matéria de questões trabalhistas ainda está muito melhor que a Justiça do Trabalho, uma das criações mais queridas do Estado Novo.

De acordo com a decisão do Supremo Tribunal, deverá prevalecer o texto da Constituição. Quer dizer, o operário terá direito ao adicional de trabalho noturno em quaisquer circunstâncias, quer o sistema seja de reveasamento, quer seja o trabalho noturno provisorio ou não. E, ainda mais, os patrões terão que pagar as diferenças de salários resultantes de trabalho noturno, na base de 20%, a partir da vigência da Constituição, isto é desde 18 de setembro de 1946. Todavia, estarão excluída as diferenças já atingidas pela prescrição de dois anos, isto é, as reclamações sobre adicionais de trabalho noturno não poderão ir além do período de dois anos contados do início da reclamação para trás. De qualquer forma, isso representará uma quantia razoável para alguns milhares de trabalhadores que vêm trabalhando à noite.

ADVOGADO

O 1.º de Maio em Campinas

A Comissão Municipal de Campinas, do Partido Socialista Brasileiro no dia 1.º de Maio, fez realizar 3 comícios, em bairros diferentes da cidade e em horas diferentes. Foi o único partido que em Campinas comemorou nas ruas da cidade, junto ao povo, essa data. As demais entidades políticas nem sequer se pronunciaram a respeito, conservando-se nesse silêncio tão ao sabor do Ministério do Trabalho e da Ordem Política e Social.

Durante esses comícios, foi distribuído um manifesto da Comissão Executiva Municipal, esclarecendo o verdadeiro significado da data e denunciando as manobras policiais que vizavam apagar o espírito de luta que esse dia suscita no trabalhador, que deve bater-se sempre por suas reivindicações.

O manifesto repercutiu favoravelmente, tomando-se por base a reação provocada no seio dos inimigos da classe operária. Juntamente com o manifesto local, foi lido o da Comissão Executiva Nacional. Falaram nos comícios os companheiros Simão Fodolsky, Moacir Silva, Sylvius S. de Souza Camargo e Eduardo Barnabé, havendo decorrido sem incidentes as 3 reuniões.

A Europa resiste à pressão americana

(Conclusão da 6.ª pag.)

Independência dos EE. UU. para com a Europa Ocidental como aliados na guerra fria. Acredita-se que se puderem resistir à pressão americana por bastante tempo, poderão os países europeus preservar sua posição de equilíbrio sobre um fio de navalha.

Tal ponto de vista pressupõe a idéia de que os EE.UU. não podem negar auxílio militar e econômico à Europa Ocidental sob as condições da guerra fria. A alternativa, seria enfraquecer a posição estratégica dos EE. UU. na Europa quando se está tentando estabelecer "arcas de segurança" em face da crescente tensão da guerra fria.

O caminho aberto para a Europa Ocidental depende da quantidade de poderio que os EE. UU. ainda tenham usado, acima de tudo, da força e da vitalidade do proletariado europeu em criticar que a Europa se atreva irremediavelmente ao carro americano.

(De "Labor Action")

ITENS DA PLATAFORMA ELEITORAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Indústria e Serviços Públicos

Desapropriação e socialização progressiva da Light, da Telefônica e de todos os serviços públicos de força e luz, gás, telefone e transportes coletivos urbanos e interurbanos; pesquisa e exploração pelo Estado de indústrias extrativas básicas, em especial quanto ao petróleo e minérios radio-ativos ou de grande aplicação industrial; elaboração e execução de um plano de aproveitamento do potencial hidro-elétrico do Estado em que se vise o aumento ponderável do consumo de energia na indústria e nas atividades domésticas; reaparelhamento dos transportes ferroviários, especialmente no interior do Estado; desenvolvimento intensivo do sistema rodoviário, à base de um plano.

Querem Acabar com o Descanso Semanal dos Jornalistas e dos Gráficos

Denúncia dos sindicatos profissionais interessados ao ministro da Indústria e do Comércio

O Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado de S. Paulo, em requerimento dirigido ao Ministro do Trabalho, com informações favoráveis do D. E. T. de São Paulo, solicitou fossem abolidos os descansos semanais para jornalistas e gráficos, bem como tornando obrigatório o trabalho nos dias santos e feriados, sob a alegação de que o jornal é serviço de utilidade pública.

Alertando o ministro do Trabalho da disposição em que a classe se encontra, caso venha a vingar a absurda pretensão patronal, foi dirigido ao titular da

quela pasta o seguinte telegrama: — "Sindicato Jornalistas Profissionais Estado S. Paulo, Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do Estado de São Paulo, Associação Cronistas Esportivos, Associação Cronistas Parlamentares Câmara Estadual, Associação Cronistas Câmara Municipal, Associação Repórteres fotográficos, Associação Revisores, por seus presidentes abaixo assinados, dirigem-se a V. Exa., afim de protestar contra absurda pretensão do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado de S. Paulo, que requereu fosse abo-

lido o descanso semanal aos jornalistas e gráficos, tornando-se obrigatório o trabalho aos domingos e feriados civis e religiosos. Conquista essa muito nos custos e dela não abriremos mão sob pena de reação digna dos trabalhadores conscientes da sua força, da sua unidade, da sua autonomia e do direito de greve assegurado pela Carta Magna. Atenciosas saudações, Freitas Nobre, Germano O. Bothmann, Blota Junior, Afonso Luciano Durand, Osvaldo Corrêa, Lauro Wilson Gomes D'Agostini, Lauro Freire e Geraldo Campos de Oliveira".

Folha Socialista

REDUÇÃO NAS PASSAGENS DE BONDES PARA OS OPERARIOS DE CAMPINAS

No dia 11 de maio, os companheiros Syllas S. de Souza Camargo e Moacir Silva, seguindo determinação da Comissão Municipal, procederam à entrega ao presidente da Câmara Municipal daquela cidade, de um memorial, anexo ao qual encontravam-se diversas listas com centenas de assinaturas, em que os trabalhadores campineiros reivindicaram abatimento de 50% nas passagens dos bondes, nos períodos de locomoção para os serviços.

Recebida pelo sr. Arlindo Joaquim de Lemos Jr., a comissão expôs a razão de sua visita à Câmara Municipal, sendo recebido favoravelmente o pedido dos operários de Campinas. O presidente da edilidade campineira encaminhou na sessão do mesmo dia o memorial dos socialistas à Comissão competente, ficando de envidar o máximo de esforço no sentido de ser apro-

vado o pedido feito pelos trabalhadores.

O fato foi largamente divulgado em Campinas, estando os companheiros daquela cidade em alerta, para que não haja sabotagem ou entrave no andamento da matéria. A Comissão Municipal de Campinas fará o possível para conseguir êxito na empreitada da qual se constituiu intermediária.

Agindo com honestidade, os Vereadores da terra de Carlos Gomes, depois de terem agido sempre contra o povo, farão agora que se lhes ofereça excelente oportunidade, alguma coisa que reverta em favor do proletariado campineiro. Como tiveram pressa em se submeter aos desejos da Companhia Campineira de Tração Luz, e Força aumentando dez centavos nas passagens dos bondes, que se apressem agora, a conceder a pedida redução.

VOTEM NOS CANDIDATOS DO SOCIALISMO

PARA GOVERNADOR DO ESTADO DE S. PAULO:

FRANCISCO PRESTES MAIA

PARA A CAMARA DE DEPUTADOS FEDERAL:

Cid Franco, jornalista;
Antonio Candido, professor;
Joaquim Vieira Filho, médico;
João Caetano Alvares Junior, engenheiro;
Plínio Gomes de Mello, jornalista;
Eduardo Bernabé, ferroviário;
Eduardo Almeida Leite, professor;
Fenelon Chaves, ferroviário;
João Gonçalves Netto, motorista;
Rubens Ulhôa Cintra, jornalista;
Mario Scholz, pintor;
Nabor da Graça Leite, ferroviário;
Pedro Tarlá, viajante;
Francisco Giraldes Filho, agricultor.

PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL:

Alípio Correia Netto, médico;
Astrogildo Marques, pedreiro;
Antonio Cillo Netto, médico;
Antonio Costa Correia, advogado;
Ary Lex, médico;
Cid Franco, jornalista;
Foch Simão, advogado;
Hozair Motta Marcondes, funcionário;
Geraldo Campos de Oliveira, professor;

José A. Rogé Ferreira, estudante;
José Calazans de Araujo, comerciante;
José Candido Lienert, advogado;
Julio Franco de Araujo, advogado;
José Gonçalves Machado, jornalista;
Luiz Lopes Coelho, advogado;
Mario Neme, jornalista;
Otavio Nogueira, agrimensor;
Paulo Ferraz, jornalista;
Patricia Galvão, jornalista;
Salvador Nacca, gráfico;
Carlos Anselmo, ensacador;
João Carlos Azevedo, médico;
Miguel Midole, jornalista;
Syr Martins, dentista;
Paulo Vilares de Almeida, ferroviário;
Silas S. Souza Camargo, ferroviário;
Fabio Moura, professor;
Benedito Macambira, operário;
Antonio Medeiros, comerciante;
Antonio Simões de Almeida, funcionário;
Bento Manoel Siqueira, agricultor;
Renato Correia Rocha, agricultor;
Lauro Lima Verde, advogado;
Mario Mattozinhos, médico;
Henrique Péres, funcionário;
Valdemar Godoy, agricultor;
Luiz Cairo, tecelão;
Oriundo Dal Paggetto, metalúrgico;
Cervantes Angulo Dias, médico;
Jorge Pacheco dos Santos, portuário;
José Mario Junqueira Azevedo, estudante;

Declaração Política Fundamental do Movimento Organizador da Juventude Socialista

M. R. — Com as modificações que foram introduzidas através de um debate mais amplo, entre os comps. do Rio de Janeiro, damos abaixo a redação final do documento publicado em nosso ultimo número. Os comps. de São Paulo, já reunidos, estão estudando o documento para sobre ele opinar.

Os jovens socialistas do Brasil consideram que:

1) O mundo se precipita, por circunstâncias alheias à vontade e à determinação dos povos, pelos caminhos de uma 3.a guerra, em que se disputará o domínio do mundo.

2) Essas circunstâncias resultam do antagonismo entre os dois blocos superimperialistas que sobreviveram à guerra de 1939 — o russo e o americano;

3) Nenhum desses dois blocos cobre qualquer perspectiva ao progresso social da humanidade. A estatização dos meios de produção, na Rússia, é apenas o fundamento de uma nova forma de exploração do homem pelo homem. Por sua